

**Restabelecer a justiça de Deus no meio do povo.
Vida e luta do profeta Elias.
Sobre a missão profética.**

Frei Carlos Mesters, O. Carm.

**1. A MEMÓRIA PERIGOSA DO POVO DE DEUS.
O QUADRO DE REFERÊNCIAS QUE ORIENTOU
A AÇÃO DO PROFETA ELIAS**

A Bíblia diz que o profeta Elias voltará no fim dos tempos para "apaziguar a ira de Deus" (Ecli 48.10), impedir o "extermínio do país" (MI 3.24) e "preparar um povo bem organizado para o Senhor" (Lc 1.17). Ela afirma ainda que Elias, para poder realizar esta missão "restabelecerá as tribos de Jacó" (Ecli 48.10), "reconduzirá o coração dos pais para os filhos e o coração dos filhos para os pais" (MI 3.24); Ecli 48.10; Lc 1.17), "reconduzirá os rebeldes para a sabedoria dos justos" (Lc 1.17), e afirma que Deus, por meio de Elias, *lembrará* ao povo a Lei, entregue a Moisés no Monte Horeb (MI 3.22). Numa palavra, conforme a Bíblia, Elias virá para "restabelecer todas as coisas" (Mt 17.11; Mc 9.12).

Restabelecer, reconduzir, lembrar: estas expressões indicam que Elias, para realizar a sua missão no futuro, se orientará por critérios tirados do passado. O passado, que transparece nos textos citados e que serve como quadro de referências para ação do profeta é o período que vai desde a saída do Egito até o fim da época dos Juízes. Pois foi neste período que as doze tribos de Jacó viviam numa espécie de confederação igualitária. Foi neste mesmo período de mais ou menos duzentos anos (1250 até 1050 antes de Cristo), que o povo chegou a realizar, pela primeira vez, ainda que muito imperfeitamente, o ideal da aliança: vivia bem organizado de acordo com a Lei de Deus; entregue a Moisés no Monte Horeb; vivia na fraternidade, sem opressão, pois era um povo de justos, sem rebeldia contra a lei de Deus; vivia na fidelidade à Tradição, transmitida de pai para filho, sem ruptura de gerações.

Esta era a situação ideal do passado que devia ser *lembrada* e *restabelecida* pela ação do profeta Elias, e para a qual o povo devia ser *reconduzido*. Era este o passado que sempre de novo, acordava na memória perigosa do povo de Deus.

A memória do povo de Deus é perigosa porque, quando acorda, ela denuncia os desvios existentes no presente e acusa os responsáveis pelos desvios. Ela é fonte constante de tensões salutares den-

tro da comunidade. A memória perigosa é a Tradição viva do povo de Deus; é a fonte permanente da sua identidade. É ela que, sempre de novo, permite ao povo reencontrar-se consigo mesmo e com Deus, para além das suas divergências internas.

Foi esta memória perigosa do povo de Deus que acordou Elias e ofereceu a ele o quadro de referências para a sua ação profética. Ela está acordando hoje, tanto na Igreja como na Sociedade, produzindo um sopro incômodo de renovação em todo canto.

Vamos agora ver de perto em que consistia exatamente aquele ideal do passado que não queria morrer e que continuava tão vivo na memória do povo da Bíblia do tempo do profeta Elias.

2. A INJUSTIÇA QUE ESCONDE O ROSTO DE DEUS AO POVO. DO IDEAL DE JUSTIÇA VIVIDO NO PASSADO AO DESVIO NO TEMPO DE ELIAS

2.1. A convivência idealizada do sistema tribal

A convivência igualitária e fraterna das doze tribos de Jacó nasceu da dupla vontade do povo de Deus de se opor ao sistema opressor do Faraó do Egito e de expressar comunitariamente a sua fé em Javé, o Deus do povo. Expressar a nova fé em Javé e impedir o retorno da opressão eram os dois lados da mesma medalha. Vejamos as características principais deste ideal de convivência fraterna:

Antes: no Egito e em Canaã

1. Poder centralizado no rei. O "direito do rei" (1. Sm 8.11-18) vigora como fonte jurídica da opressão e da exploração do povo; o poder é hereditário, propriedade privada da família do rei.
2. Exército estável de mercenários pagos, que permite ao rei governar pela força.
3. Exploração do trabalho escravo para poder sustentar o exército, financiar as grandes obras (palácio e templo) e fazer as guerras; imposição de impostos e trabalhos forçados.
4. No Egito, o acesso ao saber era reservado a poucos, pois exigia o estudo de milhares de hieróglifos.
5. Sacerdócio latifundiário e centralizador apóia e legitima o sistema do faraó e dos reis de Canaã.
6. Culto feito de rito e de mito.
7. A supremacia do deus do faraó sobre os outros deuses legitima a dominação do faraó sobre o resto.
8. Leis criadas pelo rei e seus ministros para sustentar o regime de opressão e legitimar a exploração.

Depois: *no sistema tribal*

1. Poder descentralizado (Êx. 18.1-27); decisões tomadas em assembléias gerais do povo (Js 24); liderança carismática e não hereditária, que se impõe pelo testemunho (Js 24.15; 1 Sm 12,3).
2. Exército popular, criado na hora das necessidades, defende o bem comum de todos (Jz 3.27-29; 4.6,10; 6.33-35; etc.)
3. Autonomia produtiva: propriedade comunitária da terra (Js 13.1 até 21.45); o latifúndio é proibido, pois a terra não pode ser comprada nem vendida (Lv 25.23); proibição de acumular bens sem necessidade (Êx 16.4-5, 16-27).
4. Adotaram o sistema de 25 letras e facilitaram assim a alfabetização e o acesso de todos ao saber.
5. A tribo sacerdotal de Levi não pode ter terra; a sua função é animar a fé do povo em Javé (Nm 18.20; Dt 10.8-9); inicialmente, o culto é descentralizado.
6. O culto celebra a vida e a história (páscoa).
7. A fé em Javé, Deus único, liberta o povo, e condena toda e qualquer forma de opressão e de discriminação.
8. Leis novas defendem o sistema igualitário e fraterno e lhe dão uma certa estabilidade: os Dez Mandamentos (Êx 20.1-17) e o Código da Aliança Êx 20.22 até 23.19).

Este ideal de convivência fraterna inspirou as histórias dos Patriarcas. É por isso que, na Bíblia, os Patriarcas aparecem como ricos e não como pobres. No sistema das 12 tribos a riqueza era realmente uma bênção de Deus, pois ela era fruto *não* do empobrecimento dos outros, mas *sim* da boa observância das novas leis do Projeto de Deus que proibiam a acumulação dos bens e recomendavam a partilha fraterna. Quando os bens são partilhados e não acumulados, ninguém passa necessidades e todos têm abundância. É por isso que na história-modelo dos Patriarcas não aparece pobre.

É por isso também que, no sistema tribal, *pobre* era sinônimo de preguiçoso ou de irresponsável. Alguns provérbios antigos do tempo dos Juízes ainda refletem esta mentalidade (Pv 6.9-11; 10.4; 10.22; 21.27; 23.2). A palavra *pobre* aparece, pela primeira vez, no livro do Êxodo, no Código da Aliança (Êx 22.24; 23.3,6, 11). E ela aparece não como fruto da preguiça nem da irresponsabilidade, mas como consequência do enriquecimento de alguns. Como veremos, a palavra *pobre* faz a sua entrada na Bíblia como sinônimo de *empobrecido*.

2.2. As causas do empobrecimento

O Código da Aliança (Êx 20.22 até 23.19) é um espelho da situação social do fim da época dos Juízes em torno do ano 1050

antes de Cristo. Ele fala de assassinatos (Êx 21.12-15), seqüestros (Êx 21.16), roubos (Êx 22.1-3) e brigas (21.18-27); da venda de filhas como escravas (Êx 21.7), da invasão do roçado pelo boi do outro (Êx 22.4), da exploração dos pobres por meio de juros altos (Êx 22.24), da opressão dos órfãos, viúvas e estrangeiros (Êx 22.20-21), da falta de justiça nos tribunais (Êx 23.6-8). Quais as causas que produziram estes problemas sociais? O que foi que fez o povo decair daquela convivência fraterna e igualitária do sistema tribal?

Vários fatores externos e internos desarticulam a organização fraterna igualitária da vida das doze tribos: 1. A introdução do boi como meio de produção agrícola favoreceu o enriquecimento rápido dos donos dos bois à custa dos outros que, por vezes, eram obrigados a se vender como escravos (cf. Êx 21.1-11). 2. As invasões constantes de madianitas, filisteus e outros tornavam difícil o cultivo tranqüilo da terra (Jz 6.1-6). 3. O monopólio de ferro dava aos filisteus o controle sobre a agricultura e sobre as armas dos hebreus (1Sm 13.19-22). Assim, a base econômica do sistema tribal estava constantemente ameaçada. 4. Por outro lado, a falta de compromisso interno com a Lei de Deus e, além disso, a mistura com os povos cananeus fizeram o povo perder a combatividade, a criatividade e a visão clara das coisas e de Deus, e o levaram a querer ser como os outros povos (1Sm 8.5 e 8.20). 5. Os filisteus chegaram a roubar a arca da aliança, símbolo central da fé do povo (1Sm 4.11). Isto contribuiu para a crença de que os deuses dos outros eram igualmente fortes. 6. Os levitas, em vez de animarem a fé do povo em Javé e de estimularem o compromisso interno com a Lei de Deus, abusavam do culto em benefício próprio (1Sm 2.12-17); a liderança dos filhos de Samuel estava enfraquecida e já não se impunha pelo testemunho (1Sm 8.3-5). 7. A ineficácia do sistema tribal em defender as próprias fronteiras e o bem comum do povo contra os ataques dos reis de Canaã levou o povo a querer mudar o "Juiz" em "Rei" (Jz 8.22-23). Queriam mudar o sistema, para ter mais segurança. No fim, após algumas tentativas fracassadas (Jz 9.1-57), a monarquia entrou através da esperteza e da competência de Davi.

Estes fatores econômicos, sociais, políticos e religiosos desarticularam o sistema tribal. A oposição rico/pobre foi entrando para dentro da convivência tribal. As palavras usadas no Código da Aliança para designar o pobre: *ani* (Êx 22.24), *dal* (Êx 23.3) e *ebjon* (Êx 23.6,11) significam *empobrecido*, *humilhado*, *homem em petição*. Elas mostram que a pobreza já não era vista como fruto da preguiça ou da irresponsabilidade. O pobre passou a ser fruto da injustiça! O rico passou a ser o homem "grosseiro e mau" (1Sm 25.3), que ignorava as necessidades do irmão e olhava só os seus próprios interesses (1Sm 25.10-11).

Com a entrada da monarquia entrou em vigor o "direito do rei" (cf. 1 Sm 8.11-18) e começou a mudar a estrutura da convi-

vência social. O poder deixou de ser uma atribuição da assembléia geral das doze tribos e tornou-se propriedade privada da família de Davi. Para poder exercer a sua função de rei, Davi conquistou para si uma nova capital (2Sm 5.11), montou um quadro fixo de funcionários e sacerdotes (2Sm 8.15-18; 20.23-26) e aumentou o número de suas mulheres. (2Sm 5.13). Salomão continuou, ampliou e consolidou a obra do pai: construiu o templo, aumentou o luxo e a riqueza, fortaleceu o exército, aumentou o território, intensificou o comércio e amou muitas mulheres (1Rs 10.1 até 11.6).

Para poder financiar e manter todas estas obras, Davi criou impostos (cf. 1Sm 17.25; 2Sm 24.1-19) e trabalhos forçados (2Sm 20.24; 12-31). Também neste ponto, Salomão continuou, ampliou e consolidou a obra do pai: para poder cobrar melhor os impostos, dividiu o território em doze distritos (1Rs 4.7. até 5.8), enfraquecendo assim a resistência interna do sistema tribal; para poder construir o templo, recrutou um total de 180.000 homens para trabalhos forçados (1Rs 5.27-30), dando assim a impressão como se Deus, Javé, o morador do templo estivesse de acordo com esta opressão.

Assim, no fim do reinado de Salomão, mais ou menos 300 anos depois da saída do Egito, o povo estava novamente numa "dura escravidão" (1Rs 12.4), pior do que a escravidão do Egito, pois ela era imposta ao povo pelo próprio rei, o irmão de todos e o ungido de Javé! Foi a escravidão imposta por Salomão que levou as dez tribos do Norte a se rebelarem contra o sistema da monarquia (1Rs 12.1-19). Mas foi uma rebelião sem resultado, uma revolução sem futuro, pois levou à criação de mais uma monarquia, a monarquia de Israel, em tudo igual à de Judá! (1Rs 12.20).

A monarquia veio por causa da necessidade urgente de se garantir a sobrevivência do povo e de libertá-lo da ameaça dos filisteus. Mas ela trazia dentro de si o germe da opressão. De fato, os reis, em vez de melhorarem a situação dos pobres, agravaram-na ainda mais. Em vez de se preocuparem com a restauração da convivência igualitária e fraterna do tempo dos Juízes, faziam o contrário. Imitavam o exemplo do Faraó do Egito e dos reis de Canaã. Por isso, a própria Bíblia, no livro dos Reis condena todos eles com exceção de apenas três: Davi, Ezequias e Josias.

2.3. A situação do povo no tempo do profeta Elias.

O profeta Elias viveu em torno do ano 850 antes de Cristo. Era nordestino de Galaad (1Rs 17.1), região que pertencia ao reino de Israel. Em Israel reinava Acab, filho de Omri. Omri, um general, tinha conquistado o poder através de um golpe militar (1RS 16.15-22). Os dois, Omri e Acab, trouxeram um grande desenvolvimento econômico, atestado pela arqueologia. Mas foi um progresso feito à custa de muitas injustiças que aumentaram ainda mais a oposição entre ricos e pobres.

Por exemplo, na antiga capital Tirça, onde Omri reinara durante seis anos (1Rs 16.23), os arqueólogos encontraram vestígios de bairros ricos e pobres. Na nova capital Samaria (1Rs 16.24), Acab construiu a sua "casa de marfim" (1Rs 22.39), condenada mais tarde pelo profeta Amós (Am 3.15; 6.4). Acab não se preocupava com a fome do povo, mas só com "os cavalos e os burros" (1Rs 18.5), isto é, só com o *exército* e o *comércio*. Comodamente sentados no luxo da capital Samaria (cf. Am 6.1), os ricos faziam as suas festas à custa do povo (Am 4.1), sem se preocupar com a "ruína de José" (Am 6.6).

Acab introduziu os falsos deuses no templo de Samaria (1Rs 16.30-36). Chegou-se ao ponto de sacrificar os próprios filhos a estes deuses (1Rs 16.34). Os profetas destes falsos deuses gozavam de privilégios na casa de Jesabel, esposa de Acab (1Rs 18.19). Os profetas de Javé, o Deus verdadeiro, eram perseguidos e massacrados (1Rs 18.4; 19.10). Apelando para o "direito do rei" (cf 1Rs 21.7), Acab e Jesabel pisavam no direito dos pobres, roubavam suas terras e matavam para poder alcançar os seus objetivos (1Rs 21.1-16). Quem não pensava como o rei era considerado "flagelo do povo" (1Rs 18.17) e "inimigo do rei" (1Rs 21.20). O povo ficou com medo, sem coragem de contestar (1Rs 18.12,14); ficou confuso, sem saber de que lado ficar (1Rs 18.21). Desapareceu a igualdade e a fraternidade. O povo rachou no meio: de um lado, os pobres, do outro, os ricos. O culpado de tudo era o próprio rei por ele ter abandonado a Javé e a sua lei (1Rs 18.18) e por ter reduzido Deus e a religião ao tamanho dos interesses da monarquia.

2.4. A tentativa de neutralizar o grito do pobre

A presença de "empobrecidos" no meio do povo era um sinal evidente de que alguns se enriqueceram demais e que, portanto, a aliança tinha sido quebrada. Por isso, o *pobre* tornou-se uma presença incômoda. Mesmo sem gritar e sem falar nada, a sua simples presença era um grito que interpelava a consciência da nação.

A nação respondia de duas maneiras. Havia os que se identificavam com a memória perigosa do povo de Deus, com a tradição que vinha desde Moisés. Estes interpretavam o grito do pobre como um apelo de Deus e procuravam alertar a nação para que ela se convertesse e se animasse a reconstruir a aliança que pedia igualdade e fraternidade. Um destes foi o profeta Elias. Havia outros que se identificavam mais com o governo, com a tradição da monarquia. Estes procuravam neutralizar o grito do pobre e o explicavam de tal maneira que ele já não incomodasse a consciência do rei e dos seus funcionários. Assim eles proporcionavam aos ricos o direito de poder continuar tranqüilos na posse de seus bens e na amizade com Deus.

O grito do pobre acusava aqueles, cuja riqueza era fruto do empobrecimento dos outros, e os interrogava: "Por que vocês são

tão ricos?" O rei, os ricos, os pobres, os funcionários e os sábios do governo reagiam e se defendiam contra o grito do pobre. Uma primeira defesa era a separação física. Procuravam não ouvir o grito, indo morar longe dos pobres lá no alto dos palácios da Samaria (cf. Am 6.1). O que não se vê e não se ouve, incomoda menos!

Uma outra defesa era a separação ideológica. Os sábios do governo recolhiam aqueles provérbios antigos (cf. Pv 25.1) do tempo dos Juízes que atribuíam a pobreza à preguiça, à irresponsabilidade ou à incompetência e os repetiam à luz da ideologia dominante. Assim, na boca do rei e dos seus funcionários, a palavra *pobre* tornava-se, novamente, sinônimo de incompetente, preguiçoso e irresponsável. O pobre começava a ser considerado como uma pessoa inferior que não devia ser levada a sério (Ec 9.13-16; Ecli 13.3; 13.21-23). Ser pobre era odioso (Pv 14.20; 19.4,7). E finalmente, concluíam que o sofrimento da pobreza devia ser castigo de Deus (cf. Jó 4.7-8).

Desta maneira, o grito do pobre ficou neutralizado e já não incomodava mais. Agora, em vez de o pobre ser uma acusação contra o rico, era o rico que se tornava uma acusação contra o pobre e o interrogava: "Por que é que você é tão pobre?" O pobre perdeu o direito de gritar, pois ele mesmo acabou sendo o único culpado da sua própria pobreza! Ele não soube lutar para subir na vida! Sociologicamente, era um ser inferior; teologicamente, um pecador! O natural mesmo era ser rico! A riqueza era vista como fruto da sabedoria (Pv 8.12-18) e da humildade (Pv 22.4). Com outras palavras, a pobreza era fruto da estupidez e do orgulho. A riqueza era apreciada como bênção de Deus (Pv 10.22). Assim, o rico podia continuar tranqüilo na posse dos seus bens, sem se preocupar com os pobres, "fazendo aumentar cada vez mais o seu capital" (Sl 73 (72).12).

O sistema da monarquia, pela sua própria natureza, roubou do povo aquele poder de participação que caracteriza a organização das doze tribos no tempo dos Juízes. Além disso, tirando dele a terra e obrigando-o a impostos e trabalhos forçados, os reis roubaram do povo aquela riqueza e aquele bem-estar que ainda transparecem nos relatos dos Patriarcas. E finalmente, declarando o pobre incompetente e inferior e dizendo que o sofrimento da pobreza era castigo de Deus, os sábios do sistema completaram o roubo. Tiraram do empobrecido a consciência de gente e de filho de Deus! Assim, na boca do rei, dos grandes e dos falsos profetas, Javé, o Deus do povo, ficou enquadrado no sistema da monarquia. Para eles, a religião de Javé só existia para defender os interesses do rei e para condenar quem fosse contrário a ele. Na prática, Javé se tornou um ídolo qualquer, peça central do sistema. Assim, a estrutura injusta da sociedade chegou ao ponto de esconder a face de Deus ao povo!

2.5. A reação dos pobres

A maioria dos pobres acabou aceitando o pensamento da classe dominante. Convenceram-se de que eram realmente incapazes e inferiores frente aos grandes. Levados pela propaganda oficial da rainha Jesabel, quase todos abandonaram a aliança (1Rs 19.10, 14). Muitos ficaram confusos, sem saber de que lado ficar: do lado de Baal ou do lado de Javé (1Rs 10.21). Outros já nem se questionavam e obedeciam simplesmente às ordens do rei, mesmo que a ordem fosse contrária à sua fé (2Rs 1.9-12).

Outros, porém, resistiam à pressão do ambiente e continuavam fiéis. Por exemplo, Abdias, o empregado do rei, contrariou a ordem da rainha e salvou a vida de cem profetas (1Rs 18.4). A viúva pobre e estrangeira de Sarepta continuava fiel à partilha dos bens (1Rs 17.13-16). Nabot, o lavrador, continuava fiel à lei que proibia a venda ou a troca de terras (1Rs 21.3). Forçado pelo medo de perder a vida, o terceiro capitão teve a coragem de desobedecer à ordem do rei (2Rs 1.13-14). Além destes, havia sete mil homens, desconhecidos até para Elias, que não tinham dobrado o joelho diante de Baal (1Rs 19.18).

Eram os pobres, os pequenos, os desconhecidos, que continuavam fiéis ao ideal da aliança. Calados e escondidos resistiram às pretensões do rei e da rainha. Ora, foi a resistência calada e paciente destes pobres anônimos, que despertou em Elias a memória perigosa do povo de Deus e provocou nele a luta contra o empobrecimento, contra a injustiça.

3. O DESPERTAR DA MEMÓRIA PERIGOSA DO POVO DE DEUS. ELIAS REFAZ A CAMINHADA DO POVO DE DEUS E VOLTA ÀS FONTES DA FÉ

A memória perigosa do povo de Deus não acorda por um simples estudo teórico e científico do passado (por mais necessário que seja este estudo), mas sim por uma nova experiência de Deus dentro da realidade da vida. O despertar da memória não é só uma questão de lembrar o passado ou de decorar os mandamentos da Lei de Deus, mas sim de refazer a caminhada do povo e de experimentar, no concreto, as exigências de Deus na vida. Lembrar o passado do povo de Deus é o mesmo que reencontrar o Deus do povo, o mesmo Deus que, no passado, libertou o povo do Egito, lhe deu a lei como expressão da sua Vontade e o ajudou a se organizar de uma maneira fraterna e igualitária. O despertar da memória é um processo de conversão para o Deus do povo e para o povo de Deus. Vejamos isto na vida do profeta Elias.

A história do profeta Elias começa de repente, sem introdução, com o anúncio da seca ao rei Acab (1Rs 17.7). Logo em segui-

da, o apelo de Deus se faz presente na vida de Elias e lhe diz: "Parte daqui, toma a direção do Oriente, e vai esconder-te na torrente de Karit" (1Rs 17.3). Partir de onde? Daquela situação de injustiça, criada no meio do povo por causa do abandono da lei de Deus por parte do rei (1Rs 18.18). Partir para onde? Para Karit! Karit é um lugar deserto do outro lado do Jordão, de onde o povo tinha vindo no tempo de Moisés. No passado, Moisés enfrentou o Faraó, anunciou as pragas e caminhou para o deserto, onde o povo foi alimentado por Deus com maná e codornizes (Êx 16.1-35). Da mesma maneira, agora, Elias enfreta o rei, anuncia a praga da seca e caminha para o deserto, onde ele é alimentado por Deus com pão e carne (1Rs 17.4-6). Com outras palavras, obedecendo à ordem divina, Elias refaz a caminhada do povo, revive a história do passado, inicia a volta às fontes da fé e toma o caminho do reencontro com Javé. Começa nele o despertar da memória perigosa do povo de Deus!

A volta às origens da fé, o despertar da memória perigosa, é um aprendizado longo e penoso. Depois de Karit, o apelo de Deus leva Elias para a casa da viúva pobre e estrangeira (1Rs 17.8-12). *Viúva, pobre e estrangeira!* Três categorias para indicar o povo marginalizado! Ora, apesar de marginalizada, esta mulher conservava qualidades que o rei já não conservava. O rei, na sua riqueza só estava interessado em acumular terras (1Rs 21.1-16), em reforçar o seu exército ("cavalos") e o seu comércio ("burros") (1Rs 18.5). Ele não era capaz de enxergar o apelo de Deus nas palavras de Elias. Para o rei, Elias era o "flagelo do povo" (1Rs 18.17). A mulher, porém, na sua pobreza, conservava o ideal da partilha dos bens (1Rs 17.13-15) e a capacidade de reconhecer o apelo de Deus em Elias (1Rs 17.24). Com outras palavras, o ideal da aliança, vivido no passado e perdido por causa da infidelidade do sistema da monarquia, não estava de todo perdido, pois estava sendo conservado no escondido pelo povo pobre, marginalizado e estrangeiro!

Ora, é com este povo que Elias faz o aprendizado! Durante três anos, ele não exerce nenhuma atividade. Apenas convive com a viúva pobre que nem sequer pertencia ao povo de Deus (cf Lc 4.25-26). A pedido dela, Elias começa a rezar e a interceder pela vida do filho (1Rs 17.19-21). Assim, a sua oração torna-se expressão do clamor da viúva e, por isso, tem eficácia. "Deus atendeu ao clamor de Elias" (1Rs 17.22), pois Ele é um Deus que ouve o clamor dos pobres (Êx 2.23-24; 3.7-9; 22.21-23; 22.26; etc.).

No fim do aprendizado, Elias recebe o atestado da boca dos pobres. A viúva lhe diz: "Agora sim, eu sei que és um homem de Deus e que Deus fala verdadeiramente por tua boca!" (1Rs 17.24). Com este atestado, fornecido por uma pobre viúva, Elias está pronto para iniciar a sua missão. Para o êxito da missão profética não importa se o rei e os grandes reconhecem ou não o enviado de Deus. Importa sim que os pobres o reconheçam! Só os pobres e os pequenos.

descobrem a presença de Deus no enviado do Pai: "Pai, eu te agradeço, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos doutores, e as revelaste aos pequenos. Sim, Pai, assim foi do teu agrado!" (Mt 11.25-26).

Em Elias, o despertar da memória perigosa do povo de Deus foi, ao mesmo tempo, um lento distanciar-se do rei Acab e dos que praticavam a injustiça, e um progressivo aproximar-se das vítimas da injustiça que, na sua vida de pobres, conservavam o ideal da aliança e os olhos para poder enxergar a presença de Deus na vida. Foi dentro deste processo de conversão que Elias se reencontrou com Deus, com o seu passado, com a identidade do povo, consigo mesmo e com a própria missão. Foi um processo longo e penoso que não terminou em Karit nem na casa da viúva. "A caminhada era longa!" (1Rs 19.7). Como ainda veremos, o seu ponto final ficava para além de Horeb, a montanha de Deus!

4. OS TRÊS CAMINHOS DA LUTA PELA JUSTIÇA NA VIDA DO PROFETA ELIAS. "CAMINHAR NA PRESENÇA DO SENHOR NO ESPÍRITO E NO PODER DE ELIAS" (Lc 1.17)

Como vimos, as forças econômicas, sociais, políticas e religiosas em contrário foram mais fortes do que o sistema igualitário e fraterno das doze tribos de Jacó do tempo dos Juízes. Tudo desandou! Mas o ideal não morreu. Ficou guardado na vida dos pobres, na memória do povo, e acordava em épocas de crise e de mudança. Acordou no profeta Elias. Inspirado e orientado pelo ideal do passado, redescoberto na vida dos pobres, ele recomeçou a luta pela justiça.

Elias enfrenta a situação de injustiça por três caminhos diferentes, intimamente ligados entre si: 1. *O caminho da justiça*: ele denuncia as causas da injustiça e tenta modificar as estruturas injustas da sociedade que geram a pobreza e escondem o rosto de Javé ao povo; ele luta pela transformação da sociedade. 2. *O caminho da solidariedade*: ele acolhe as vítimas do empobrecimento e da injustiça, e coloca presente na comunidade o ideal igualitário e fraterno da aliança; ele luta pela renovação da comunidade. 3. *O caminho da mística*: ele anima a fé do povo de que Deus não está do lado dos que praticam a injustiça, mas sim do lado dos que sofrem a injustiça; ele luta pelo despertar de uma nova consciência, nascida da certeza de que Deus está conosco!

4.1. O Caminho da Justiça: combater o empobrecimento, atacando as suas causas

Acab e Jesabel legitimavam a sua ação recorrendo à religião de Baal (1Rs 16.31-32). Os 450 profetas de Baal que comiam da mesa de Jesabel (1Rs 18.19) faziam a propaganda do novo Deus. Javé, o

Deus do povo, foi adaptado ao sistema e transformado num Baal qualquer com outros tantos falsos profetas para apoiá-lo (1Rs 22.6). Os profetas verdadeiros foram massacrados (1Rs 18.4,13 19.2,10 14).

Assim, conservando uma aparência de fidelidade a Javé, Acab e Jesabel conseguiram deixar de lado a lei de Javé (1Rs 18.18) que exigia igualdade, e agiam impunemente em nome de Baal e do "direito do rei" (cf 1 Rs 21.7), que legitimavam a opressão e os privilégios (cf 1 Sm 8.11-18). A situação era dramática e sem saída. Pois o rei, cujo sistema era o culpado de tudo, era tão cego que, para ele, o culpado de tudo era o próprio Elias (1Rs 18.17). Com efeito, quando o poder se absolutiza, ele só aceita como verdadeira a voz daquele que com ele afina, e declara como errada e herética a voz do profeta que dele discorda.

Elias não agia como jurista, nem como político, sociólogo ou economista, mas como profeta de Javé. Isto é, a partir da sua experiência de Deus e a partir da sua compreensão da aliança, ele lançava a luz da sua palavra sobre a situação econômica, social, política e religiosa, e denunciava o que nela estava errado. A sua denúncia era violenta, pois ele não suportava que se usasse Deus e a religião para legitimar a opressão e a alienação do povo. As denúncias de Elias não eram palavras lançadas ao vento, mas flechas certas que iam direto às causas da injustiça, tanto as causas ideológicas, como as econômicas, sociais e políticas.

A denúncia das causas ideológicas aparece sobretudo no sacrifício realizado no monte Carmelo, onde desmascarou a religião de Baal como mentira e engano (1Rs 18.17-46). A denúncia das causas econômicas, sociais e políticas aparece sobretudo no caso do roubo e do assassinato, praticado pelo rei e pela rainha contra Nabot, o lavrador (1Rs 21.1-29.)

Na sua denúncia, Elias enfrentou tanto o poder religioso dos falsos profetas como o poder político do rei. Naquele tempo não havia separação entre estes dois poderes. A autoridade política do rei era, ao mesmo tempo, autoridade religiosa, pois ele governa o povo em nome de Javé. Os falsos profetas, por sua vez, eram contratados para apoiar o sistema do rei e eram alimentados pela rainha. (1Rs 18.19).

A denúncia contra o poder dos falsos profetas: sozinho, Elias desafiou os 450 profetas de Baal (1Rs 18.19); ridicularizou o procedimento deles como sem fundamento e sem eficácia (1Rs 18.27-29); mostrou claramente que Baal era um deus sem valor, incapaz de atender ao clamor do povo (1Rs 18.27), o contrário de Javé que atendia aos pedidos dos que nele confiavam (1Rs 18.36-39). Agindo assim, Elias diminuía o peso da influência dos falsos profetas e ajudava o povo a se definir a favor de Javé contra Baal (1Rs 18.39).

A denúncia contra o poder do rei: Elias chamou o rei de “flagelo de Israel” (1Rs 18.18); desobedeceu às suas ordens (2Rs 1.9-12); acusou-o por ter abandonado a Javé para seguir os falsos deuses (1 Rs 18.18); desautorizou-o publicamente diante do povo por ocasião do sacrifício no Monte Carmelo (1Rs 18.18, 30-46); condenou-o abertamente com toda a sua família e rogou sobre ele a praga de Deus (1Rs 21.20-24); denunciou a consulta que Ocozias, sucessor de Acab, fez a Baal-Zebub (2Rs 1.3,4,16); enfrentou o delegado do rei com seus 50 soldados e pediu que o fogo do céu os matasse (2Rs 1.9-12).

Elias lutou para que o rei e o povo voltassem à prática da Lei de Deus e seguissem novamente a Javé (1Rs 18.21). Ele não chegou a imaginar um projeto alternativo para a sociedade. Ele queria que o rei fosse o instrumento de Deus para realizar o ideal do passado vivido no tempo dos Juízes. Qual foi o resultado da sua ação? Elias provocou uma volta às fontes da fé que foi dar fruto, muitos anos depois, nas mudanças ocorridas por ocasião das reformas Eloísta e Deuteronomista. Só bem mais tarde, é que outros profetas, após terem constatado na prática a impossibilidade da conversão do sistema monárquico, chegaram a imaginar um projeto alternativo sem rei.

Na sua ação, Elias não pedia caridade nem filantropia ao rei, mas sim justiça. A base da aliança entre Deus e o seu povo é a justiça de Deus. Na Bíblia, a justiça de Deus aparece, quando as pessoas e as coisas retomam o lugar que devem ocupar dentro do plano de Deus. Aí aparece a *ordem justa*. Elias se situava do ponto de vista do direito baseado na aliança.

4.2. O Caminho da Solidariedade: combater o empobrecimento, renovando a comunidade

É necessário combater o empobrecimento pela denúncia das injustiças, mas não basta. A causa do empobrecimento nem sempre é a injustiça. Pode ser também a desgraça, a calamidade, a seca, a doença, a própria morte. Na Bíblia, o problema maior não está no fato de haver calamidades e secas, mortes e doenças, mas está no fato de a comunidade não se preocupar com as vítimas das calamidades e das injustiças. A comunidade deve ser a aliança de Deus com os homens contra a desgraça tanto do destino como da injustiça.

Por isso, além da denúncia das causas do empobrecimento, deve haver também uma ação comunitária de partilha e de solidariedade que elimina a pobreza dentro da comunidade e acolhe as vítimas. A comunidade deve ser ou deveria ser a Boa Nova de Deus ao mundo, uma espécie de modelo alternativo, uma amostra grátis daquilo que o projeto de Deus quer realizar, a saber, “entre vocês não pode haver pobres” (Dt 15.4). É o antigo ideal da convivência fraterna e igualitária que continua aceso e que acorda neste esforço de

renovação da comunidade. A comunidade renovada é o outro lado da medalha que dá força e sentido à denúncia.

Na ação do profeta Elias, *o caminho da solidariedade* esteve presente de uma maneira muito simples. Além de denunciar as causas da injustiça e do empobrecimento ele soube acolher e ser solidário com as vítimas tanto das injustiças do rei como da desgraça da seca: ele acolheu o pedido da viúva, cujo filho morreu vítima da seca, e intercedeu por ele junto a Deus (1Rs 17.17-23); acolheu o pedido de Abdias, o empregado do rei, que, apesar de toda a pressão do ambiente, continuava fiel a Javé (1 Rs 18.7-16); acolheu o pedido do capitão medroso que, para salvar a sua vida, desobedeceu à ordem do rei (2Rs 1.13-15); acolheu o povo confuso que ficou sem saber de que lado ficar, e o ajudou a fazer a escolha certa (1 Rs 18.22-24,37); acolheu o próprio rei depois da derrota no Monte Carmelo (1Rs 18.41.44), e soube apreciar nele os mínimos sinais de arrependimento e de mudança (1Rs 21.27-29); rezou pela chuva, para que a seca chegasse ao fim e o povo tivesse novamente o que comer (1Rs 18.42; Tg 5.18). Finalmente, ao que tudo indica, Elias não era um homem tão solitário como a Tradição às vezes o sugere, pois em torno a ele surgiram várias comunidades proféticas em Guilgal, Betel e Jericó (2Rs 2.1-7).

Todos estes gestos tão simples são atitudes de quem leva a sério o seu compromisso com a comunidade a que pertence. Através de atitudes como estas, os membros da comunidade realizam as exigências da aliança, fortalecem a própria comunidade e fazem com que ela seja para os outros um sinal de justiça e de fraternidade.

Conforme o Deuterônomo, o caminho da solidariedade é a base da influência da comunidade sobre os outros povos (cf Dt 15.4-6). Ou seja, a influência da comunidade no mundo não reside no poder das armas, nem no poder da riqueza, mas sim no poder do serviço e do testemunho: o serviço da solidariedade que acolhe os pobres, e o testemunho da solidariedade efetiva que consegue realizar a partilha dos bens e eliminar a pobreza do meio da comunidade (Dt 15.4).

4.3. O Caminho da Mística: combater o empobrecimento pela renovação da consciência

É necessário apelar para os ricos para que pratiquem a justiça e a solidariedade, partilhem os bens acumulados e devolvam aos pobres o que deles roubaram. Mas isto não basta para restabelecer a justiça de Deus no meio do povo! Pois o pior roubo já não pode ser devolvido, o maior bem a ser partilhado já não existe mais. Trata-se do roubo da consciência!

Como vimos, criou-se uma sociedade que escondia o rosto de Deus ao povo e fazia com que o pobre criasse em si uma consciência de inferioridade e de pecador. Roubaram do pobre a consciência de gente e de filho de Deus! Esta foi e continua sendo a maior de todas

as injustiças! É o roubo que não pode ser devolvido pelo ladrão! Os ricos podem devolver ou partilhar o dinheiro roubado como fez Zaqueu. Podem até devolver o poder de participação. Mas não podem devolver nem partilhar a consciência que roubaram do povo. Pois, roubando, eles mesmos se privaram da sua própria dignidade de gente. Ninguém pode dar o que não tem, nem devolver o que perdeu!

Ora, enquanto não for eliminada pela raiz esta falsa consciência colocada no povo pobre pela ideologia dominante ao longo de séculos de dominação, a aliança não estará reconstruída, a igualdade não estará restabelecida no meio do povo. Quem luta pela justiça e pela solidariedade e não se esforça para que seja eliminada esta falsa consciência, corre o risco de corromper pela raiz todo o seu trabalho. Todo o seu esforço correria o risco de ser um enxerto num galho morto, uma operação plástica num cadáver. Pois na base continuaria a injustiça radical da consciência roubada que impede e destrói a fraternidade.

Quem pode devolver ao pobre a consciência roubada? Este é o problema! A matéria-prima para esta devolução não está disponível nem no pobre nem no rico! Parece um beco sem saída! "Infelizes de nós! Quem nos poderá libertar desta situação de morte?" (cf Rm 7.24). Só uma ação *criadora* que tira as coisas do nada, é capaz de restabelecer a justiça de Deus no meio do povo! Só Deus, o *Criador*, é capaz de libertar os pobres desta opressão, e de *criar* neles a nova consciência de gente e de filho de Deus. E Deus não falhou! Ele veio, entrou na história e *criou* a nova consciência. Foi quando ele disse aos pobres e oprimidos: "Eu estou com vocês!"

Esta afirmação divina, tantas vezes repetida e finalmente resumida no nome *Javé* (Êx 3.11.15), marca a grande ruptura da história. Ao entrar na história, Deus se mostrou *livre*! Por mais que o faraó e os reis com seus sacerdotes e profetas invocassem o nome de Deus e dissessem ter Deus do seu lado, Deus não se sentiu obrigado a ficar do lado deles. Ele fez o contrário! Ficou do lado dos oprimidos. Agindo assim, Deus mostrou que os homens, por maior que seja o império deles e por mais vasto que seja o domínio deles sobre as consciências, jamais conseguirão dominar a Deus e enquadrá-lo nos esquemas da sua segurança e do seu sistema. Deus é livre! A sua liberdade é maior!

Esta liberdade divina é a raiz da nova consciência. A certeza de que este Deus, livre e libertador, preferiu ficar do lado deles, devolve aos pobres a consciência de gente, cria neles a consciência de gente, cria neles a consciência de filho de Deus e restabelece assim a justiça básica. Pois neste ponto os pobres já não dependem mais dos ricos, dos sábios ou dos poderosos, mas só deles mesmos e de Deus! Este é o começo da independência dos pequenos frente aos grandes. É a semente da verdadeira liberdade que ameaça pela raiz todo e qualquer sistema de dominações.

Essa descoberta da presença de Deus como fonte criadora de uma consciência nova e libertada é o que se chama o "Caminho da Mística". O profeta Elias andou peio caminho da mística. Destacamos quatro pontos:

1. Homem de Deus, testemunho vivo de Deus verdadeiro

Elias foi um testemunho vivo da presença de Deus. Toda a sua vida foi um serviço a Javé, o Deus do povo (1Rs 17.1; 18.15). O povo sabia disto, pois Elias era conhecido como alguém que estava inteiramente disponível e aberto para a ação imprevisível do Espírito de Deus (1Rs 18.12; 2Rs 18.2.3). Para os pobres, Ele era o "homem de Deus" que falava as palavras de Deus (1 Rs 17.24).

Ele se retirava na solidão do deserto (1Rs 17.3; 19.3-8) e das montanhas (2Rs 1.9), vestia roupas grosseiras (2Rs 1.8) e se alimentava daquilo que a natureza lhe oferecia (1Rs 17.4) ou que os pobres com ele partilhavam (1Rs 17.15). Em torno a ele foram crescendo grupos de profetas que viviam em comunidades (1Rs 19.19-21; 2 Rs 2.1-15).

A causa de Elias era a causa de Deus (1Rs 19.10,14). A sua oração acionava o poder de Deus a favor do povo: fez baixar o fogo do céu (1Rs 18,36-38; 2Rs 1.10,12), trouxe a chuva após uma seca prolongada (1Rs 18.42-45 Tg 5.18), devolveu a vida ao filho da viúva (1Rs 17,21-22). O próprio nome Elias, *Eli-Jahu*, é o resumo da sua fé e do seu testemunho: "O meu Deus é Javé!"

2. Como testemunho de Javé, Elias toma posição no meio dos conflitos

Javé não é um Deus neutro, imparcial, equidistante das partes em conflito. Ele é um Deus que toma posição bem clara nos conflitos da história humana e se coloca do lado dos oprimidos e injustiçados contra os opressores injustos. Assim também Elias. Como testemunha de Javé, ele entrou no meio dos conflitos e tomou posição:

Através da sua atitude, mostrou que Deus estava do lado da viúva faminta e estrangeira, e não do lado de Acab que era a causa da fome (1 Rs 15-16, 22-23); pela sua denúncia fez saber que Deus estava do lado de Nabot, o agricultor roubado e assassinado, e não do lado do rei e da rainha que roubaram e assassinaram (1 Rs 21.17-24); pela sua ida até Acab mostrou que Deus estava do lado de Abdias, o empregado angustiado, e não do lado de Acab que ameaçava o empregado de morte (1Rs 18.7-18); pelo sacrifício realizado no Monte Carmelo fez saber que Javé está do lado daqueles que o invocam com fé, e não do lado daquela multidão de profetas oficiais que usavam a religião para defender os interesses do rei (1Rs 18.21-39); pela sua ida até Ocozias mostrou que Deus estava do lado do capitão medro-

so, e não do lado de Ocozias que tinha feito uma consulta ao falso deus Baal-Zebub (2Rs 1.13-16); fazendo descer o fogo do céu sobre os dois capitães com seus soldados, mostrou que Deus não estava do lado do poder que dava ordens arbitrárias (2Rs 1.9-12).

Em resumo, pela sua maneira de viver e de agir, Elias fez saber que o Espírito de Deus é uma realidade viva que intervém na história humana a favor dos oprimidos e injustiçados, contra os opressores que praticam a injustiça.

3. Só a prática abre os olhos para enxergar o apelo de Deus no profeta

Apesar de todo este testemunho, os grandes e os poderosos não reconheceram a verdadeira identidade de Elias e não aceitaram a sua mensagem. Para o rei, Elias era o "inimigo" (1Rs 21.20), o "flagelo de Israel" (1Rs 18.17), que merecia a morte (1Rs 19.2). Para os funcionários do rei, Elias era um desconhecido de aparência estranha, vestido de pêlos (2Rs 1.6-8). Só os pequenos souberam reconhecer a verdadeira identidade do profeta e aceitar a sua mensagem: a viúva (1Rs 17.24), Abdias, o empregado (1Rs 18.7-8.12), o capitão medroso (2Rs 1.13-14), o povo confuso (1Rs 18.39-40).

Por que é que uns o reconheciam e outros não? Porque os interesses e a prática de uns eram diferentes dos interesses e da prática dos outros. Os interesses do rei eram: salvar os "cavalos" (exército) e os "burros" (comércio) (1Rs 18.5), salvar e aumentar as suas terras (1Rs 21.2), matar os seus adversários (1Rs 19.1-2), ganhar as guerras (1Rs 22.1-6). Os funcionários do rei, isto é, "os nobres e anciãos" (1Rs 21.8), só estavam interessados em obedecer ao rei. Executando as ordens da rainha, mataram Nabot (1Rs 21.11-14). Executando as ordens do rei, os capitães quiseram prender o profeta (2Rs 1.9, 11).

Os interesses e a prática dos pequenos eram diferentes: a viúva faminta e estrangeira fazia a partilha dos seus bens e obedecia às ordens de Elias (1Rs 17.11-16); Nabot, o lavrador, observava a lei divina que proibia a troca e a venda de terras (1Rs, 2-,3); Abdias observava a lei de Deus desde a sua juventude, defendeu os profetas ameaçados de morte pela rainha e, com risco da sua própria vida, os alimentou (1Rs 18.12-13); o capitão medroso tinha mais amor à vida dele mesmo e dos seus soldados do que à ordem injusta do rei (2Rs 1.13-14). Com efeito, só a prática concreta e o interesse que nos move, que abrem os olhos para se poder enxergar a presença do apelo de Deus nas pessoas e nos fatos da vida.

4. A luta interior do próprio profeta

A vocação de profeta não fez de Elias um modelo acabado do homem perfeito e santo. Pelo contrário! No meio daqueles conflitos todos, ele teve que sentir o peso não só da maldade do sistema do rei,

mas também da maldade dos seus próprios limites e defeitos. Ele chegou a perder a coragem e fugiu, com medo da rainha (1Rs 19.1-3). No seu desânimo já não via como enfrentar a situação. Teve vontade de abandonar tudo e morrer: "Basta! Quero morrer! Não sou melhor que os outros!" (1Rs 19.4).

Qual a causa desta fraqueza repentina? É difícil fazer o diagnóstico. Vou tentar. Elias que me perdoe, se eu errar! Elias era um homem da Tradição. Indo até Karit (1Rs 17.2-7), até a casa da viúva (1Rs 17.8-24) e até à Montanha de Deus, Horeb (1Rs 19.5-9), ele refazia na sua própria vida a história da caminhada do povo e fazia acordar dentro de si a memória perigosa deste mesmo povo. Na sua busca de Deus ele se orientava pelos critérios da Tradição, "tempestade, raio e terremoto" (1Rs 19.11-12), pois foi por estes mesmos critérios ou sinais que Deus se revelara outrora a Moisés naquele mesmo Monte Horeb (Êx 19.16-18).

Ora, sem se dar conta e sem malícia nenhuma, Elias quase colocou a Tradição sobre Deus acima do Deus da Tradição! Quase caiu no mesmo erro que o rei. O rei tinha transformado Deus numa peça central do seu próprio sistema. Da mesma maneira, no outro extremo, Elias queria reduzir Deus ao tamanho da Tradição. Desejava que Ele se revelasse conforme os critérios da Tradição. Tanto o rei como Elias, ambos, cada um do seu jeito, embora em vista de objetivos opostos, tiravam de Deus a liberdade de ser Deus e o obrigavam a ser Deus conforme eles mesmos o queriam.

Uma atitude assim é como uma semente de morte; morte, não para Deus, mas para a liberdade humana! Identifica Deus com o sistema da segurança humana. E neste caso, falhando a segurança humana, falha também a fé em Deus, e aparecem a dúvida, o medo e o desânimo: "Basta! Quero morrer! Não sou melhor que os outros!" (1Rs 19.4).

Fiel ao seu modo de agir, Deus atendeu ao grito desanimado do profeta injustiçado e revelou-se a ele. Mas igualmente fiel ao seu modo de agir, Deus não se enquadrou dentro do esquema dos critérios da Tradição e se revelou a ele com liberdade! Em vez de revelar-se na "tempestade, no raio e no terremoto", revelou-se na "brisa leve, apenas perceptível" (1Rs 19.12-13). Totalmente livre, Deus não se prendeu nem sequer aos critérios que os homens tinham elaborado para guiar o povo com segurança no caminho que conduz a Deus!

A Liberdade de Deus fez cair o peso que estava nas costas de Elias. Elias pensava ser ele o único defensor da causa de Deus: "Sobrei só eu! E até a mim eles querem tirar a vida!" (1Rs 19.10,14). Como se dissesse: "Deus tem sorte que eu ainda estou vivo para defendê-lo! Pois do contrário, a causa de Deus estaria perdida no mundo!" Pretensão muito grande; resultado lógico da identificação de Deus com o pensamento humano sobre Deus.

Ora, entrando na vida de Elias, Deus mostrou: que Ele continuava sendo o mesmo Deus de sempre, impossível de ser aprisionado

em qualquer esquema do pensamento humano; que Ele não dependia da Tradição, mas que a Tradição dependia dele; que brisa leve não podia ser reduzida ao tamanho da Tradição, mas que os critérios da Tradição deviam ser explicados e relidos a partir da brisa leve, isto é, a partir do *novo* que Ele, Deus, estava realizando naquele momento da história do povo; que não era Elias que defendia Deus, mas que era Deus a defender o pobre profeta Elias!

A liberdade de Deus foi o estalo revelador que libertou Elias daquela angústia de morte e Ihe ensinou que o fundamento último da segurança humana não é aquilo que nós ou a Tradição conseguimos pensar a respeito de Deus, mas sim aquilo que Deus é em si mesmo: Javé, Deus livre e libertador, Deus conosco! Foi a partir daí que Elias, refeito e renovado, pôde voltar para retomar a sua missão (1Rs 19.15-18). Renasceu nele a verdadeira liberdade, fonte de nova coragem.

Elias teve que experimentar o peso dos seus limites. Mesmo sendo um homem de muitas vitórias, não teve medo de se converter. A sua conversão foi longa e penosa. Ele teve que aprender que, até dentro dele mesmo, Deus não estava do lado do Elias vitorioso e famoso, combativo e agressivo, mas sim do lado do Elias reprimido e angustiado, perseguido e desanimado. Foi necessário restabelecer a justiça de Deus e recriar a nova consciência até dentro do próprio Elias! O campo de batalha pela justiça e pela liberdade não era só a sociedade injusta criada pelo sistema do rei, mas era também o interior do próprio profeta, reflexo das estruturas da sociedade e do pensamento humano. A luta interior do profeta foi tão importante para a caminhada quanto a sua luta pública no Monte Carmelo. Tudo isto fazia parte do despertar da memória perigosa do povo de Deus. Perigosa também para o próprio Elias!

Agindo com liberdade frente à tradição, Deus preservou a liberdade do seu povo e deu esperança aos pobres, pois confirmou, mais uma vez, que Ele não se deixa enquadrar nos esquemas do pensamento e da segurança humana. Fiel a si mesmo, Deus surpreende sempre para poder escutar de perto o clamor dos oprimidos. É tarefa do profeta manter-se aberto para a surpresa de Deus, livre e libertador. Pois a liberdade de Deus é a última garantia da liberdade humana. É o único facão que consegue quebrar a prisão das ideologias humanas. Sempre de novo, Deus reaparece na margem da história, recriando a nova consciência de gente e de filho de Deus naqueles que tinham sido marginalizados.

5. A Unidade dos três caminhos: um sem os outros dois não leva a canto nenhum

Estes são os três caminhos pelos quais o profeta Elias enfrentou a situação de injustiça e tentou restabelecer a justiça de Deus no

meio do povo. É através destes três caminhos que ele nos interpela.

Não se trata de três caminhos distintos, como se cada um pudesse escolher o caminho que mais lhe agrada, deixando de lado os outros dois. Não! Os três devem estar unidos entre si. Um caminho não é possível sem os outros dois! Justiça sem solidariedade e sem mística, torna-se mera ação política sem humanidade e não atinge o mais profundo do ser humano. Politiza e endurece a ação; vence a razão, mas não convence o coração! Solidariedade sem justiça e sem mística, torna-se mera filantropia de clubes humanitários a serviço dos sistemas que geram o empobrecimento. Este tipo de filantropia engana a consciência, neutraliza o grito do pobre e impede o surgimento da consciência nos oprimidos. Mística sem justiça e sem solidariedade, torna-se piedade alienada, sem fundamento na realidade e sem fundamento na tradição da Bíblia. Ofende a Deus, pois o transforma num ídolo, e engana os pobres, pois os faz submissos à injustiça.

Há pessoas ou grupos que se sentem chamados a dedicar-se mais aos trabalhos da solidariedade. Outros preferem a luta pela justiça. Outros ainda se sentem à vontade na mística. Que cada um saiba ver e situar a sua própria luta como uma parte dentro do conjunto maior da luta global pela reconstrução da justiça de Deus no meio do povo. Há épocas ou situações em que deve predominar a solidariedade. Em outras épocas ou situações deve ser mais forte a luta pela justiça. Há momentos em que se faz necessário aprofundar a luta na mística. Estas decisões não dependem do capricho de cada um, mas devem ser tomadas por todos. Qualquer que for o caminho que receber maior acento, ele sempre terá que ser completado pelos outros dois. Só assim é possível absorver as tensões, às vezes irreconciliáveis, e chegar a uma convivência fraterna, onde a paz é fruto da justiça.